



## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL Ata da 185ª reunião, realizada em 28 de julho de 2020

1 Em 28 de julho de 2020, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.  
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente  
5 Marília Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do poder  
6 público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Bernardo Silvano Brandão Vianna, da Secretaria de  
8 Estado de Cultura e Turismo (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da  
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria  
10 de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Lidiane Carvalho de Campos, da  
11 Secretária de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Jadir de Assis, da  
12 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Guilherme Augusto  
13 Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);  
14 Leorges de Araújo Rodrigues e Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho, da Secretaria  
15 de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria  
16 de Estado de Fazenda (SEF); Flávio Godinho Pereira, da Coordenadoria Estadual  
17 de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de  
18 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito Ferreira, da  
19 Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Francisco Chaves Generoso, do Ministério  
20 Público de Minas Gerais (MPMG); Thereza Hermeto Franco, da Comissão de Meio  
21 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas  
22 Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente  
23 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).  
24 Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação  
25 Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello,  
26 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Mário  
27 Ferreira Campos Filho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
28 (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa  
29 da Fiemg; Neide Mateus Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
30 do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Flávio Ottoni Penido, do Instituto Brasileiro  
31 de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado  
32 Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira  
33 de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação  
34 para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da  
35 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas  
36 Corujo, do Espeleogrupo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento  
37 Verde de Paracatu (Mover); Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de

38 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Lavínia Rosa Rodrigues, da  
39 Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da  
40 Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da  
41 Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg);  
42 Guilherme Lana Pimenta, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Talita  
43 Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
44 (ABRHidro). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**  
45 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Marília  
46 Carvalho de Melo declarou aberta a 185ª reunião do Plenário do Conselho Estadual  
47 de Política Ambiental e fez leitura do memorando em que é designada para presidir  
48 a sessão. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
49 **Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “Novamente, eu parablenizo a SEMAD pelo  
50 esforço de digitalizar os processos, mas ainda temos tido muitos problemas de  
51 acesso aos sistemas. Isso é normal em uma implantação, e acho que o suporte aos  
52 sistemas deve estar sendo afetado, indiretamente, pela pandemia. Mas,  
53 considerando que as continuam a ser realizadas, solicitamos um esforço  
54 concentrado para que o acesso às informações por parte da sociedade seja  
55 integralmente facilitado no menor prazo possível. A simplificação no Sistema de  
56 licenciamento proporcionada pela digitalização dos processos e agilização na  
57 análise dos mesmos é resultado de um grande esforço por parte dos gestores e  
58 servidores da SEMAD. Parabéns. Mas é importante ressaltar que isso beneficia,  
59 principalmente, os empreendedores. Creio que agora é o momento de se fazer um  
60 esforço equivalente para a proteção ambiental. Nesse sentido, eu gostaria de  
61 solicitar que a SEMAD comece a discutir políticas ambientais sempre em todas as  
62 reuniões de conselhos de políticas ambientais, não apenas na Plenária. A pauta de  
63 hoje me dá boa esperança, mas eu gostaria que se estendessem às Câmaras essas  
64 discussões. Deveríamos ter um tempo já prefixado nessas reuniões para discutir  
65 questões relativas às mudanças necessárias na área ambiental de forma a nos  
66 propiciar uma adaptação aos novos tempos, à grave crise climática em que todo o  
67 planeta está entrando e suas consequências locais como, por exemplo, a crise  
68 hídrica. Creio que todos os conselheiros, de todos os conselhos do COPAM,  
69 deveriam se inteirar dos esforços que os países mais desenvolvidos têm feito para  
70 caminhar na direção de um desenvolvimento mais sustentável. Isso é parte do  
71 pensar globalmente. Por exemplo, a União Europeia, tem a sua proposta ‘European  
72 Green Deal’, proposta de lei europeia do clima, que reúne regiões, comunidades  
73 locais, sociedade civil, empresas e escolas no sentido de garantir uma União  
74 Europeia com impacto neutro no clima até 2005. O Partido Democrata americano  
75 também está com uma proposta mais ou menos nesse sentido, o ‘Green New Deal’,  
76 nome dado à série de propostas econômicas para ajudar a combater as alterações  
77 climáticas e a desigualdade econômica. Alguns países, como a Holanda, estão  
78 propondo uma nova economia, mais verde e socialmente mais justa. Cada vez mais,  
79 grandes instituições defendem uma economia mais sustentável, e algumas pessoas  
80 renomadas mundialmente estão se mobilizando por esse modelo de

81 desenvolvimento. O planeta está reconhecendo que esse é o caminho do processo  
82 civilizatório. Se formos pensar localmente, na minha opinião, a SEMAD precisa fazer  
83 um esforço equivalente ao realizado para simplificar os licenciamentos para a  
84 proteção de nossos recursos hídricos e dos poucos corredores ecológicos de que  
85 ainda dispomos. O corpo técnico de servidores do IEF, falando em corredores  
86 ecológicos, tem consciência plena da necessidade de preservar os nossos  
87 corredores ecológicos, eles têm trabalhado nos últimos anos no detalhamento dos  
88 principais corredores ainda existentes e estão com seus estudos bem adiantados.  
89 Eu tive oportunidade de acompanhar esses trabalhos que estão sendo muito bem-  
90 feitos. O que nós não podemos é esperar que todos os corredores do Estado  
91 estejam definidos para então começar a regulamentá-los. Podemos ir fazendo essas  
92 regulamentações passo a passo. Fica então a pergunta: por qual motivo a criação  
93 desses corredores não é prioridade para a SEMAD? Simplificar o processo de  
94 licenciamento é, mas proteger corredores não parece estar sendo uma prioridade.  
95 Não deveríamos mais permitir, por exemplo, a dragagem dos nossos rios para  
96 retirada de areia onde for viável obter areia dos rejeitos de mineração. Isso me  
97 parece óbvio, mas nós ainda estamos licenciando dragagem de rio para fornecer  
98 areia para a região metropolitana de Belo Horizonte. Precisamos começar a analisar  
99 os impactos cumulativos e sinérgicos dos diversos rebaixamentos de lençol freático  
100 sobre nossos recursos hídricos superficiais e profundos no curto, médio e longo  
101 prazo. Nós estamos em voo cego nessa área. Eu gostaria de solicitar também que  
102 a SEMAD agilize a criação e operacionalização do grupo que irá discutir a  
103 sustentabilidade dos nossos processos de licenciamento. Esse grupo já deveria ter  
104 sido criado e estar em funcionamento há muitos meses. Foi na primeira reunião  
105 deste ano em que, teoricamente, ele foi criado. Todos os itens acima deveriam estar  
106 sendo discutidos de forma aberta nos conselhos de políticas ambientais, com ampla  
107 participação da sociedade e sem que prevaleçam sempre as imposições dos  
108 interesses econômicos de curto prazo. Nós precisamos começar a pensar um pouco  
109 no futuro. Essas discussões, a meu ver, não deveriam se pautar pelas leis existentes  
110 e, sim, pela sustentabilidade que queremos para as nossas tomadas de decisões.  
111 Assim as leis e decretos poderiam vir a serem revistas após a formação de  
112 conceitos. Na minha opinião, já está passando da hora de as nossas leis e decretos  
113 serem adaptados às necessidades do século XXI. Creio que discutir a evolução das  
114 nossas leis e decretos deveria ser, se não a principal, uma das principais atividades  
115 de um conselho de políticas ambientais.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues  
116 Neto/SEMAD: “Conselheiro Julio Grillo, eu vou citar alguns pontos. O primeiro, em  
117 relação à transparência. Nós até recebemos um e-mail – foi eu que respondi – da  
118 conselheira Maria Teresa, que está aqui também. Nós realmente enfrentamos uma  
119 instabilidade de todos os nossos sistemas há algumas semanas. De imediato, nós  
120 começamos a trabalhar – é bom que o senhor sabe como funciona essa questão de  
121 tecnologia –, e grande parte dos sistemas já está funcionando sem nenhum tipo de  
122 instabilidade. Por exemplo, o Siam, o SLA, e tem outros sistemas internos nosso  
123 também que já estão funcionando adequadamente. Eu vou utilizar, conselheira

124 Maria Teresa, do e-mail da senhora, dos itens, só para dar alguns exemplos. Por  
125 exemplo, os Pareceres Únicos já estão disponíveis no Siam, no SLA e no site de  
126 decisões também. É só entrar no site da SEMAD, e tem lá 'regularização ambiental',  
127 'decisões', e os Pareceres Únicos também estão lá. O que não está disponível ainda  
128 e que nós estamos trabalhando no site são as pautas e as atas. Como na resposta  
129 que eu enviei para a Sra. Maria Teresa, que você também estava copiado, o que  
130 nós estamos fazendo é: todos os pedidos que estamos recebendo, nós estamos  
131 enviando e respondendo com a maior celeridade possível. Vamos supor, um  
132 conselheiro precisa da ata das reuniões x, y, z: a gente consegue mandar essa ata  
133 em um tempo muito inferior ao que está previsto na Lei de Acesso à Informação. A  
134 nossa equipe consegue acessar e enviar com muita velocidade. Então tudo de que  
135 os senhores precisarem entre em contato comigo, com a Vânia, com a equipe da  
136 Secretaria Executiva, que a gente consegue enviar com uma velocidade maior  
137 possível. Outro ponto de que eu vou tratar aqui também é em relação a criação do  
138 GT: ela está em andamento, nós estamos trabalhando internamente para eleger as  
139 cadeiras que vão participar. Esse é um dos passos. A gente cria, o GT é aprovado,  
140 depois temos que criar as cadeiras, ver quais setores, quais conselheiros, quais  
141 órgãos públicos vão participar daquele GP, e depois disso retornamos aqui ao  
142 Plenário com a criação desse GT. Está em andamento. Realmente, o Covid deu  
143 uma atrapalhada, eu acho que em tudo, não só nisso. Nós tivemos que focar muitos  
144 esforços, inclusive para fazer as reuniões via tecnologia remota. O GT  
145 provavelmente vai iniciar sendo utilizada tecnologia remota também, já temos outros  
146 GTs que utilizam essa tecnologia." Antônio Augusto Melo Malard/SEMAD: "Julio  
147 Grillo, só em relação ao item que você colocou referente aos corredores ecológicos,  
148 eu até respondi também um e-mail, há pouco tempo, para o Flávio, da ProMutuca,  
149 e o questionamento é similar, referente a essa política dos corredores ecológicos,  
150 mais especificamente quanto à norma, que já vem sendo trabalhada há um tempo,  
151 um anteprojeto de lei para definição da gestão e criação dos corredores ecológicos.  
152 É claro que o Estado tem, sim, uma política e a pretensão de criação de corredores,  
153 de unidade de conservação, mas tudo de forma muito planejada, evitando o menor  
154 número de conflitos possíveis, com uma estrutura que seja condizente com a  
155 situação atual do Estado. Claro que sempre parte primeiro de uma norma, é  
156 importante nós estabelecermos esse arcabouço para os corredores. Foi trabalhado  
157 no passado com o Grupo de Trabalho, e até a ProMutuca fez parte, e se chegou a  
158 minutar uma proposta. Nós estamos trabalhando nessa proposta e em breve vamos  
159 nos reunir com todos os atores envolvidos, fazer um amplo debate, para que  
160 possamos então ter essa regulamentação. Está caminhando, e em breve podemos  
161 até trazer em uma reunião do Plenário, quando já estiver mais avançado." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Por favor, eu acho que seria ótimo. Porque o  
162 fato mesmo, a realidade, é que se nós postergarmos muito essas ações nós vamos  
163 perder os principais corredores ecológicos." Conselheira Maria Teresa Viana de  
164 Freitas Corujo: "Eu ia começar em uma outra ordem, mas, considerando a fala do  
165 secretário Hidelbrando, explicar para quem, por acaso não tem podido acessar as  
166

167 informações ambientais, que, assim como o Julio Grillo reiterou essa preocupação,  
168 eu estou aqui manifestando no Plenário do COPAM que houve muitos problemas e  
169 continua a existir falta de acesso à informação para a sociedade civil. Não é a  
170 primeira vez que eu digo que a informação ambiental não é para os conselheiros, a  
171 informação ambiental precisa estar disponibilizada à sociedade civil. Então, por  
172 exemplo, ontem, na Câmara de Atividades Industriais, só de renovação de Licença  
173 de Operação por mais dez anos tinha dez itens na pauta. Alguns empreendimentos  
174 que já tiveram duas Licenças de Operação no seu histórico. E a não possibilidade  
175 de acesso, por exemplo, às atas e aos pareceres de vista, o que houve na trajetória  
176 desses empreendimentos, isso é muito grave. Embora se diga, igual foi respondido  
177 pelo secretário, que é só nós requisitarmos, na realidade, as informações ambientais  
178 têm que estar disponíveis para acesso de todos os interessados. Também foi  
179 respondido que, em relação ao SLA, existem informações disponíveis para os  
180 conselheiros através do nosso cadastro, mas que não estão todas disponíveis ainda  
181 no sistema para a sociedade em geral. Isso viola um direito constitucional. Eu tenho  
182 consultado em relação a processos de licenciamento que já estão sendo inseridos  
183 no SLA e já manifestei, em uma outra reunião do COPAM, as graves questões do  
184 SLA em relação a consulta da sociedade civil. Processos de licenciamento precisam  
185 ter uma sequência de numeração, de data de entrada de documentos, como é no  
186 Siam. O SLA nós acessamos como cidadãos e encontramos uma lista de  
187 documentos sem estarem colocados em uma sequência de processo. Os nomes de  
188 cada link, muitas vezes tem 12 dizendo Anotação Técnica de Responsabilidade ou  
189 tem 13 dizendo Plano de Controle Ambiental. E nós temos que acessar link por link  
190 para descobrir o que são 13 links de um Plano de Controle Ambiental. E no meio  
191 tem o Plano de Controle Ambiental, ARTs e outros documentos. Eu estou afirmando  
192 neste Plenário do COPAM que, embora para o empreendedor, a celeridade, as  
193 novas possibilidades para inserirem seus processos, terem as suas decisões e  
194 serem comunicados estejam uma maravilha, para sociedade civil está muito pior do  
195 que era antes. Eu já testemunhei, por exemplo, grande complexo minerário, que tem  
196 uma série de processos de licenciamento no Siam. E uma nova estrutura licenciada  
197 entrar pelo SLA sem qualquer conexão de que aquele tipo de licenciamento daquela  
198 nova estrutura em um complexo minerário tem a ver com tais processos no Siam.  
199 Eu estou afirmando para todos vocês e quem está assistindo esta reunião do  
200 Plenário do COPAM. E por isso registramos, fazemos print screen, fazemos  
201 representação, indagamos da SEMAD que nós estamos sendo violados, como  
202 sociedade, ao direito à informação ambiental mais do que era antes. Para terminar  
203 esse ponto específico da informação ambiental, eu quero dizer, por exemplo, que,  
204 enquanto no Siam, conseguimos dentro da própria ficha do processo saber qual o  
205 direito minerário ou fazer busca pelo direito minerário para saber quais os  
206 licenciamentos naquele determinado direito minerário teria essa informação, no SLA  
207 essa informação sobre o direito minerário não consta nos dados de um  
208 empreendimento, não consta, por exemplo, alguma informação sobre localização, a  
209 não ser qual o município. Então aquilo que vem sendo demandado há anos de

210 melhoria no acesso à informação ambiental, com esse novo sistema, amplamente  
211 divulgado como superfantástico, para a sociedade civil é muito grave a situação de  
212 acesso à informação ambiental. Eu queria só completar a minha fala neste momento  
213 dizendo que eu tenho testemunhado na Câmara de Atividades Minerárias, tenho  
214 analisados os processos, independentemente de ser conselheira, e quero que fique  
215 registrado, porque isso vai ter consequências, e nós vamos testemunhar as  
216 consequências. Tem havido questões muito graves na análise de processos de  
217 licenciamento ambiental na Câmara de Atividades Minerárias. A mina do Fazendão,  
218 que está na pauta de sexta-feira, para concessão de três licenças concomitantes,  
219 pela primeira vez depois de tudo que eu já vi ao longo desses anos de atuação, eu  
220 testemunhei o requinte da inversão totalmente processual e de cuidado com uma  
221 análise de licenciamento. Uma audiência pública foi em março, e o Relatório de  
222 Impacto Ambiental, que é pré-requisito fundamental para se publicar o edital, foi  
223 formalizado pela Vale em maio e é de abril. E a Suppri considera esse processo  
224 devidamente instruído para ser licenciado na sexta-feira. Um EIA, que é outro  
225 documento chave, quanto está no Siam como tendo sido entregue em 2019, quando  
226 eu acessei eu me deparei que é um EIA de 2014. A legislação federal diz que têm  
227 que ser apresentados na audiência pública o EIA e o respectivo Rima. E nós temos  
228 o licenciamento com parecer pelo deferimento da mina do Fazendão, em Catas  
229 Altas e Mariana, com questões gravíssimas processuais e documentais, violando,  
230 inclusive, a legislação federal. Então é muito importante neste Plenário do COPAM  
231 deixar registrado que existem, provavelmente, duas realidades na gestão ambiental  
232 de Minas. Existe uma realidade, que é a realidade que o empreendedor olha e vem  
233 parabenizando e manifestando o seu contentamento com as melhorias. E existe  
234 uma realidade que é a do meio ambiente e da sociedade, que cada vez nós  
235 testemunhamos mais graves retrocessos. E isso, saibam que vai se refletir em  
236 novas tragédias. E é muito difícil falar isso aqui, mas é a angústia que eu tenho,  
237 diariamente, ao acompanhar como está sendo feita a gestão ambiental.  
238 Repudiamos o acordo assinado entre o governo, o Ricardo Sales, repudiamos o  
239 acordo assinado com as multas do rompimento da Vale, em Brumadinho, com a  
240 Vale, para financiar parques estaduais e federais, não tratar das questões da bacia  
241 do Rio Paraopeba, inclusive colocando na Vale questões de solucionar problemas  
242 de água. Isso é repudiado pela sociedade, por muitos grupos e movimentos.”  
243 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Só deixar registrado que a Lei de  
244 Acesso à Informação traz dois tipos de informação, que são a transparência, o  
245 acesso passivo, que seria a informação disponível em um site, por exemplo, o que  
246 sempre fizemos e que estamos trabalhando para voltar à normalidade e estabilidade  
247 no nosso site aqui também das questões do COPAM; e existe a parte da  
248 disponibilização ativa, que é quando o administrado, conselheiro ou não, qualquer  
249 pessoa da sociedade civil, pede acesso a essa informação. E essa lei, que é uma  
250 lei federal – inclusive tem um decreto estadual, que regulamenta essa lei no Estado  
251 de Minas –, traz os prazos e procedimentos para se disponibilizar essa informação.  
252 Por óbvio, nós seguimos o que está disposto nessa lei federal e nesse decreto

253 estadual e nós vamos cumprir todos os prazos que estão ali. O que eu disse para  
254 os senhores e estendo para toda a sociedade é que eu e a minha equipe vamos  
255 trabalhar para entregar em um prazo menor possível para que os senhores e toda a  
256 sociedade civil tenham acesso à informação, e aqui no caso essa solicitação ativa  
257 da informação na Lei de Acesso à Informação, em um tempo menor do que o prazo  
258 regimental previsto. É isso que eu quis dizer, e os senhores podem pedir essa  
259 informação tanto pelo site da Transparência, por e-mail, por WhatsApp, do jeito que  
260 for mais fácil. Eu me coloco à disposição e coloco a minha equipe à disposição  
261 também.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Hoje eu queria me manifestar aqui  
262 para talvez montarmos um Grupo de Trabalho – é até pertinente a sua participação,  
263 Marília – porque dentro do que os demais conselheiros falaram vai vir um processo,  
264 na reunião da CMI, que fará um rebaixamento de lençol freático dentro de uma área  
265 de conflito, e seguindo a 217 o critério locacional não é quanto ao uso, mesmo que  
266 não consuntivo. Na 217, é critério locacional realizar a captação. E é claro, obvio,  
267 que não cabe a mim aqui, neste momento, propor uma modificação na 217 nem  
268 nada. O que eu gostaria, Marília, é que talvez nós montássemos um Grupo de  
269 Trabalho para discutir um pouco melhor, porque o rebaixamento de lençol freático  
270 dentro de área de conflito impacta diretamente nos corpos d’água ali em volta.  
271 Então, a meu ver, isso deveria, sim, ser considerado como critério locacional, e isso  
272 talvez modificaria como a licença ia andar. Nesse momento, a esse empreendimento  
273 em questão vão ser concedidas Licença Prévia e de Instalação sem o parecer do  
274 Comitê, sem uma discussão ampla junto aos demais usuários incluídos nessa DAC,  
275 e eu imagino que isso pode trazer um problema muito maior lá na frente. Talvez  
276 seria o momento de nós discutirmos a Licença Prévia e, após uma conversa mais  
277 detalhada junto ao Comitê, junto aos demais usuários, aí, sim, conceder a de  
278 Instalação. Mas a concomitância foi possível, neste momento, porque não foi  
279 identificado o critério locacional. Então eu queria mesmo que nós tentássemos  
280 discutir isso um pouco mais. Eu sou novo por aqui, não quero chegar criando muito  
281 tumulto, mas eu queria que nós estimulássemos essa discussão para que esse  
282 licenciamento em fases concomitantes fosse um pouco repensado nesses casos  
283 onde tem um critério locacional e que, seguindo ao pé da regra, esse critério  
284 locacional não é levado ao licenciamento. Então, caso vocês concordem também,  
285 eu gostaria de propor e de participar também em uma possível alteração nessa  
286 tabela de critério locacional da 217. Ao invés de ser captação em área de conflito,  
287 colocar uso. Porque o uso, por mais que nesse caso específico de rebaixamento de  
288 lençol freático não seja a captação para o consumo de água, ele é o uso que  
289 interfere na dinâmica da outorga coletiva. Então muitas pessoas sabem da outorga  
290 coletiva, eu sou coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, e a  
291 discussão é muito difícil. Então eu imagino que seja o momento de conversarmos  
292 sobre isso, trocar de captação para uso, porque o uso não consuntivo também deve  
293 ser levado em consideração. Se possível, estou à disposição e gostaria muito que  
294 isso fosse montado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Só esclarecendo, essas  
295 discussões técnicas e jurídicas de cada processo especificamente são feitas no

296 âmbito das Câmaras. Na CMI, essa discussão vai ser feita. Eu não conheço o  
297 processo, e de repente o Cezar, que está aqui representando o Anderson, tenha  
298 alguma colocação específica sobre o processo que você menciona. Mas de fato  
299 essas discussões podem ser feitas e levadas à CMI para o aprofundamento técnico  
300 necessário. Inclusive, nos estudos de rebaixamento, toda essa avaliação é feita,  
301 porque a modelagem geológica que é feita avalia os impactos em usos na região.  
302 Como eu disse, eu não conheço o processo, não sei se o Cezar pode trazer, mas  
303 tenho certeza de que no parecer disponibilizado essas avaliações foram feitas.”  
304 Conselheiro Flávio Ottoni Penido: “Apenas para registrar que é a minha primeira  
305 participação como membro do COPAM, agradecer ao secretário Germano,  
306 agradecer à Marília, nos colocar à disposição e sempre entendendo que este é um  
307 fórum onde os assuntos devem ser discutidos com Liberdade, com toda  
308 imparcialidade e sempre buscando procurar aquilo que seja o melhor para o  
309 Estado.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu quero aproveitar os ‘Assuntos  
310 Gerais’ para trazer à baila a aprovação e a sanção do novo Marco Regulatório do  
311 Saneamento, que trará grandes impactos na questão para todos. Pode parecer que  
312 estamos fora da temática, mas, como todos sabem, a ARSAE hoje está ligada à  
313 Secretaria de Meio Ambiente e é exatamente a Agência Reguladora de  
314 Saneamento. Então eu gostaria de provocar uma discussão aqui no COPAM sobre  
315 o novo marco regulatório. A Abes está à disposição para fazer a parte dela, no que  
316 nós compreendemos e queremos expor sobre o tema do novo marco regulatório,  
317 mas que o Estado também traga as suas contribuições. Eu acho que vamos ter que  
318 trabalhar muito para regulação, a partir de agora, com a nova lei, da questão do  
319 saneamento no Brasil. Lembrando que a ideia é a universalização até 2033, o que  
320 seria excelente, se o Brasil conseguisse recursos realmente para esse investimento,  
321 que demanda R\$ 700 bilhões universalizar o saneamento em todo o país. Então eu  
322 acho que nós temos muito o que discutir na questão também ambiental, visto que  
323 esgoto, captação, tudo passa pela questão ambiental. Então eu queria trazer à baila  
324 e provocar uma discussão próxima aqui entre nós no COPAM, mais amíúde,  
325 detalhada, da nova lei que regula o saneamento.” Rodrigo Franco/SEMAD:  
326 “Realmente, o novo Marco Regulatório do Saneamento, a Lei 14.026, traz um novo  
327 ambiente realmente para o saneamento no Brasil. Você trouxe dados importantes,  
328 capacidade de investimento de quase R\$ 700 bilhões para buscarmos essa  
329 universalização até 2033, especialmente em Minas Gerais, em torno de R\$ 50  
330 bilhões. Nós já estamos trabalhando dessa maneira, nesse sentido, na construção  
331 de um Grupo de Trabalho, de projeto transversal com as unidades administrativas  
332 do Estado, com participação da ARSAE, inclusive, para que já se estabeleça o  
333 primeiro encaminhamento para a construção, a partir da análise dos três vetos que  
334 devem acontecer nos próximos dias no Congresso Nacional, para que já  
335 comecemos a construir a discussão sobre as Unidades Regionais de Saneamento.  
336 Nós temos esse prazo estabelecido na lei, de 365 dias, e é importante porque  
337 realmente nós vamos trazer uma grande vanguardista em relação aos investimentos  
338 no saneamento, que realmente nós temos essa dificuldade de recursos para buscar



339 a universalização. Nós estamos já com o panorama levantado em relação ao  
340 esgotamento sanitário em Minas Gerais, temos isso já disponível no site da SEMAD.  
341 Também fechamos agora um panorama de resíduos sólidos, estamos trabalhando  
342 agora no panorama de abastecimento de água. Nessa linha de construção da  
343 melhor viabilidade e estabilidade em relação à viabilidade econômica e técnica que  
344 traz o novo marco. É importante salientar alguns pontos importantes, como a  
345 participação da ANA editando as normas reguladoras ao nível de estabilizar essa  
346 segurança jurídica no setor. Isso é uma coisa bastante importante, essa reavaliação  
347 de contratos de programas. E aqui eu incluo uma discussão que nós temos que  
348 acompanhar sobre essa análise de vetos que deve ocorrer nos próximos 30 dias  
349 pelo Congresso Nacional, que é também a retirada da possibilidade de contratos de  
350 programas para resíduos sólidos e drenagem. Então é importante trazer essa pauta,  
351 nós estamos acompanhando muito de perto, por uma designação do governo do  
352 Estado, do secretário Germano, de todo o Sisema, e estamos já no meio do caminho  
353 para tramitação do Grupo de Trabalho, que vai, sim, tratar sobre a criação das  
354 Unidades Regionais de Saneamento. Estamos à disposição aqui, e realmente é uma  
355 pauta importante para já trabalharmos dentro do COPAM.” Conselheiro Rogério  
356 Pena Siqueira: “Eu sugiro a inclusão da sociedade civil, se me permitam, nessa  
357 discussão, inclusive, da formação dos blocos.” Rodrigo Franco/SEMAD: “Isso vai  
358 ser feito, a sociedade civil e também algumas entidades, evidentemente, vão ser,  
359 na medida das demandas, encaminhadas dentro das discussões, serão convidadas  
360 para discussão, certamente. Isso já foi discutido previamente, nessa primeira  
361 concepção, nessa premissa da discussão do Grupo de Trabalho, e certamente será  
362 atendida essa sua sugestão.” Antônio Claret de Oliveira Júnior: “Eu entrei agora com  
363 o subsecretário Rodrigo explicando a questão da definição dos blocos regionais, o  
364 que eu acho que é o próximo passo e o mais importante para o próximo ano. Em  
365 relação à participação da sociedade civil, eu vou até mais além. Esses blocos não  
366 vão ser definidos pelo governo de Minas, eles vão ser propostos por esse grupo  
367 intergovernamental. Mas quem vai decidir mesmo os blocos é a Assembleia. Então  
368 eu acredito que essa participação popular talvez vai existir em nível de Assembleia  
369 Legislativa. A proposta que seria do governo não sou eu quem define isso, a ARSAE  
370 tem uma cadeira nesse grupo, que vai ter, me parece, o BDMG, o Indi, e o secretário  
371 Rodrigo sabe melhor do que eu, uma vez que está encabeçando o grupo. Mas nós  
372 vamos simplesmente fazer modelagem, especialmente, ouvindo as questões  
373 econômicas, e propor à Assembleia. Mas acredito eu que essa participação popular  
374 será em nível de Assembleia, que é que vai bater o martelo. Lembrando que, mesmo  
375 aprovado na Assembleia, cada uma das Câmaras Municipais precisará aderir. Então  
376 estamos falando de uma coisa que não vai ser decidida pelo Executivo, em hipótese  
377 alguma, vai ser proposta, de forma que as tarifas continuem módicas e que nenhum  
378 grupo fique com tarifas maiores que outros para afastar investidores. E mesmo  
379 assim, a Assembleia definindo isso, vamos participar de Câmaras Municipais. É um  
380 longo caminho.” Cezar Augusto Fonseca e Cruz/SEMAD: “Eu acho importante fazer  
381 algumas pontuações quanto à questão da publicidade das informações do SLA,

382 porque, independentemente da forma como essas informações são selecionadas –  
383 o empreendedor seleciona que tipo de documento que está inserido lá dentro –,  
384 todos os documentos que são inseridos são avaliados pela equipe técnica, tanto na  
385 parte operacional, quando da formalização do processo, quanto da própria etapa de  
386 análise. Independentemente de esses documentos estarem inseridos com outro  
387 nome, eles são analisados de acordo com o seu conteúdo, e as adequações são  
388 realizadas da forma necessária. Quanto ao fato de a sistemática do Siam ser aquela  
389 a que usualmente nós já estávamos mais acostumado, nós estamos vivendo um  
390 novo ambiente, com um software que é muito melhor e superior do que o Siam, ele  
391 consegue dar publicidade de informações e uma transparência de informações, o  
392 que não vínhamos conseguindo ter sucesso com o Siam na mesma proporção.  
393 Então temos uma evolução significativa nisso, e isso não pode ser deixado de lado,  
394 de forma alguma. Qualquer cidadão tem acesso à informação através do acesso ao  
395 portal e consegue acessar o conteúdo de todos esses documentos. O analista  
396 ambiental, quando faz análise dos documentos que estão no SLA, não  
397 simplesmente desconsidera aquilo que consta do Siam e que for pertinente a ser  
398 analisado durante a análise do processo de licenciamento, porque ele precisa  
399 verificar, eventualmente, o cumprimento de condicionantes ou documentos que lá  
400 estão registrados para poder fazer essa avaliação. Então, dentro dessa análise,  
401 tanto os dados do Siam são públicos quanto os dados do SLA também são públicos,  
402 e ambos são considerados e utilizados na análise técnica dos processos. Dentro de  
403 um processo evolutivo, os nossos direitos minerários já constam da nossa base de  
404 dados da IDE, e dentro do nosso próprio processo evolutivo do SLA vai haver ainda,  
405 nas próximas fases, a integração desses direitos minerários com o nosso SLA. De  
406 forma que o polígono que já é desenhado, que é uma informação obrigatória na hora  
407 que se formaliza o processo, na hora que faz o shapefile e coloca o polígono dentro  
408 do processo no SLA, com esse cruzamento de camadas que hoje já é possível fazer  
409 manualmente – porque consegue fazer o download do shape e depois fazer a  
410 plotagem dentro da IDE, isso vai ser feito de forma automática. Então a gente vem  
411 em um processo evolutivo, e tudo isso é analisado pela equipe técnica dentro dos  
412 processos. Então tem publicidade, um sistema mais eficiente, e tudo isso tem que  
413 ser registrado, sim, e eu acredito que o importante da manifestação é exatamente  
414 mostrar que estamos lidando com um software novo, mas que possui uma  
415 funcionalidade muito maior e um poder de ação muito maior também na parte de  
416 divulgação e disponibilização de informações para a sociedade. Já naquilo que se  
417 refere ao que foi pontuado pela conselheira sobre a mina Fazendão eu acredito que  
418 o momento apropriado para podermos entabular qualquer discussão que envolva  
419 algum parecer é na reunião da CMI, porque aí a equipe técnica vai estar presente e  
420 vai poder fazer as suas considerações. Então eu queria agradecer, Marília, pelo  
421 momento da fala aqui e acho que é importante que deixemos registrado todo o  
422 empenho da SEMAD na disponibilização dessas informações e na evolução dos  
423 nossos sistemas.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “A minha fala aqui é  
424 rápida, só para registrar que no início de julho passado nós fizemos na AMM uma

425 live, com 600 assistentes, sobre repasse financeiro aos municípios, fruto de um  
426 convênio com a ARSAE. Com a competência do Claret, nós tivemos esse público  
427 que nos assistiu. E quando eu vejo o Rogério, da Abes, falar sobre a questão do  
428 marco regulatório, eu quero abrir um espaço, Rogério, também, para um encontro  
429 nosso futuro aqui, talvez na primeira semana de agosto, e fazer uma live sobre a  
430 questão do marco regulatório.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Conte conosco,  
431 Licínio.” **4) EXAME DA ATA DA 184ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata  
432 da 184ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada  
433 em 11 de março de 2020. Votos favoráveis: Seapa, Secult, SEE, Seinfra, Sedese,  
434 Sede, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg,  
435 Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, CMI, Abes, ProMutuca,  
436 Amda, EPA, Mover, Cefet, Ufla, Assemg e OAB. Abstenções: Seplag, MPMG, Ibram,  
437 Uemg e ABRHidro. **5) INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DO PRÊMIO**  
438 **NATUREZA GERAIS - EDIÇÃO 2020. Apresentação: SEMAD.** Por consenso  
439 nesta sessão, o Plenário do COPAM fez a indicação dos seguintes membros  
440 titulares e suplentes para compor a Comissão do Prêmio Natureza Gerais - Edição  
441 2020: – Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da  
442 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Pedro D’Angelo Ribeiro, da Secretaria  
443 de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). – Representantes da  
444 sociedade civil: Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);  
445 Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
446 Ambiental (Abes). **6) AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) MINÉRIO**  
447 **DE FERRO. Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).**  
448 Caroline Rocha, da FEAM, fez apresentação da Avaliação Ambiental Estratégica  
449 (AAE) de minério de ferro. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da  
450 SEMAD. Debates. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu acho essa avaliação  
451 estratégica ótima e espero que a participação da sociedade não seja de chegar ali  
452 e falar por uns 3 a 5 minutos e acabou. Nós temos que colocar o processo que nós  
453 passamos hoje com a mineração em discussão, uma discussão séria e profunda.  
454 Eu acho que nós estamos tendo hoje no Brasil uma mineração com ao menos um  
455 século de defasagem. Isso tem que ser melhorado. A mineração hoje é toda  
456 licenciada em pedacinhos, o que nos impede de analisar os impactos cumulativos e  
457 sinérgicos. Não se levam em consideração nas análises os rebaixamentos de  
458 lençóis freáticos integrados entre todas as minerações de uma área e as  
459 consequências deles no curto, médio e longo prazo sobre a sociedade e o meio  
460 ambiente. As minerações não apresentam para a sociedade nem sequer um plano  
461 diretor ou um planejamento, por exemplo, para dez anos, com atualização anual.  
462 Não se utiliza a cava de uma outra mineração ou o espaço de uma outra mineração  
463 para poder fazer o seu depósito de rejeitos e estéril, estão sempre abrindo novas  
464 frentes, sempre desmatando novas frentes. Essas coisas tinham que ser feitas com  
465 mais equilíbrio, tinham que estar acontecendo à luz dos conhecimentos do século  
466 XXI. Nós não podemos fazer mineração em área de preservação ambiental, sobre  
467 o patrimônio paisagístico e natural. Tem diversas restrições que não são levadas

468 em consideração e que nós temos que passar a levar em consideração. É um bom  
469 momento para se avaliar. Agora, eu espero realmente que a sociedade possa ter  
470 voz, e voz ativa, nessa construção dessa avaliação estratégica. Porque até hoje a  
471 voz da sociedade não tem sido levada em consideração. Eu gostaria de ver análise  
472 de sustentabilidade de diversas minerações que tem por aí. Não existe  
473 sustentabilidade em grande parte dos empreendimentos ou se não em todos em  
474 quase a totalidade dos empreendimentos minerários hoje. E essa análise de  
475 sustentabilidade não nos é apresentada. Então eu acho e peço por favor que a  
476 sociedade possa ter voz. Não é como se faz hoje em uma audiência pública em que  
477 se dão 3 minutos para uma pessoa falar ou 5 minutos para uma pessoa falar, porque  
478 aí vai ser todo mundo falando, em conjunto, superficialidades. E tem coisas aí que  
479 tem que ser discutidas com mais profundidade.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira:  
480 “Sobre mineração eu sempre me coloco também muito pessoalmente, mas também  
481 institucionalmente. Nós estamos em Minas Gerais, eu hoje estou nas ‘gerais’, estou  
482 em Janaúba, mas nosso Estado tem esse nome não é à toa, a origem do nosso  
483 Estado. Mas o mineiro esqueceu de fazer algumas perguntas e de trabalhar a  
484 mineração com responsabilidade – vamos falar a verdade –, tanto na questão de  
485 governos e de empreendedores. E nós temos resultados que estão aí, não precisa  
486 falar deles. Quando vamos fazer uma Avaliação Ambiental Estratégica, é muito  
487 interessante, talvez uma grande oportunidade para Minas Gerais se recolocar como  
488 um Estado minerador e responsável com seus bens, com seu patrimônio, em todos  
489 os sentidos. E aí entram o patrimônio ambiental, o patrimônio natural e o patrimônio  
490 histórico e cultural. Preocupa-me se essa análise vai realmente nos trazer algumas  
491 respostas: a análise ambiental estratégica. E se ela realmente será estratégica.  
492 Porque ser estratégico não é só pensar economicamente ou financeiramente. Então  
493 nós temos que pensar em tudo. Uma Avaliação Ambiental Estratégica tem, a meu  
494 ver, que trazer os custos dos impactos ambientais para as futuras gerações, isso  
495 tem que estar colocado, quantificado e, economicamente, descrito, com valores,  
496 quanto custa isso. É importantíssimo que a análise ambiental estratégica nos traga  
497 isso, trazer a valor presente esses custos. Ou seja, isso acontecerá no futuro, nas  
498 próximas gerações, mas quanto que nos custa hoje para as próximas gerações, qual  
499 é a dívida que nós vamos deixar para as próximas gerações. Outra pergunta que  
500 tem que se responder: qual o valor agregado do minério. Ou seja, no caso aqui, é  
501 minério de ferro só: o que nós vamos exportar. Ou nós vamos exportar apenas terra,  
502 montanha, como fazemos para a China? Que estrategicamente importa as nossas  
503 montanhas para vender para o mundo o produto industrializado. Isso nós temos que  
504 pensar enquanto nação. Quanto se exporta de emprego junto com o minério? Essa  
505 é uma pergunta que tem que ser feita e tem que ser avaliada na hora que se exporta  
506 minério ou commodity. Quanto se exporta em riqueza quando se compra o produto  
507 final industrializado? Quando exportamos minério, importamos aço? Quanto de  
508 emprego nós exportamos, quantos empregos tivemos na China? Isso é uma  
509 pergunta. Está na hora de fazermos uma poupança e deixar para as próximas  
510 gerações o que temos de riqueza, colocando travas nas exportações, tipo só sai

511 daqui se for beneficiado um mínimo, por exemplo, de ferro-gusa, o que dá dez vezes  
512 ou cem vezes em valor agregado, por exemplo, exportar minério de ferro como  
513 primeiro produto. Não está na hora de pensar isso, de agregar valor à nossa  
514 commodity? Eu queria deixar uma ideia, como uma ideia mesmo, de trabalhar o que  
515 temos hoje em termos de reserva e por que não trabalhar com uma poupança para  
516 as futuras gerações e não como um custo para as futuras gerações. Porque é assim  
517 que fazemos, eu acho que entregamos como commodity, gratuitamente, o nosso  
518 minério e ficamos com os custos, tanto ambientais quanto os custos econômicos  
519 dos empregos. Eu acho que está na hora de pensarmos diferente, estrategicamente,  
520 de verdade. Espero que seja um ótimo trabalho que Minas possa entregar.” Caroline  
521 Rocha, da FEAM: “Eu agradeço as considerações dos conselheiros e queria fazer  
522 uma resposta única. Eu acho que as duas manifestações estão muito vinculadas  
523 uma com a outra. Está prevista no desenvolvimento da AAE uma fase de  
524 participação social. Dentro dessa fase de participação social, são 18 produtos do  
525 desenvolvimento da AAE, distribuídos em dez etapas, e a participação social está  
526 prevista em quatro etapas. Então são selecionadas etapas iniciais do  
527 desenvolvimento da avaliação. Nessas primeiras etapas, as etapas de planejamento  
528 do instrumento, em que vão ser definidas as atividades e o plano de trabalho. A  
529 etapa 3 é onde é feita a apresentação da estratégia, quais são os problemas que  
530 temos em relação ao setor de minério de ferro. Vão ser definidos esses problemas,  
531 como vamos acompanhar isso, nossos objetivos estratégicos, qual vai ser a nossa  
532 programação dentro da Avaliação Ambiental Estratégica. Então eu entendo que a  
533 sociedade vai poder participar dessas decisões, nos processos iniciais de decisões  
534 de desenvolvimento do instrumento. Então todas essas informações colocadas pelo  
535 conselheiro Rogério e pelo conselheiro Julio vão poder ser discutidas no início do  
536 desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica.” Conselheiro Rogério Pena  
537 Siqueira: “Nós poderíamos aproveitar o nosso Plenário como uma sugestão para  
538 início dos trabalhos, que seja formalizado isso, Marília, o que nós estamos dizendo  
539 aqui, aos coordenadores dessa análise ambiental. Ou seja, aproveitem a reunião,  
540 nós já começamos a discutir.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Nós vamos  
541 considerar, já estamos considerando. Eu só queria ressaltar que nós também  
542 entendemos esse trabalho muito importante de discussão do Estado e temos  
543 também que nos atentar que o governo federal tem um Plano de Mineração. Eu  
544 queria ressaltar que esse plano, como a Carol frisou, a Avaliação Ambiental  
545 Estratégica, nesse caso, tem uma vinculação direta, que é o desenvolvimento pelo  
546 Estado do Plano Estadual de Mineração, que vai acontecer concomitante à  
547 elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica. Então nós temos uma vinculação,  
548 com a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do  
549 desenvolvimento desse plano. Então o Estado vai estar discutindo o seu  
550 planejamento, a sua vocação para mineração, tanto dentro da AAE quanto dentro  
551 do Plano. E os dois processos nós entendemos que têm que ser participativos e  
552 receberem as contribuições da sociedade de forma geral. Então por isso a previsão  
553 que a Carol colocou, mas também temos o norte do governo federal, que é, pela

554 Constituição, hoje, o representante que detém e que delibera sobre o uso dos  
555 recursos minerais no Brasil. Então já temos o norte que é o próprio Plano Nacional  
556 de Mineração, que tem lá colocados objetivos para 2030, e nós vamos estar  
557 considerando também, com a aplicação tanto da AAE quanto do Plano, esse plano  
558 nacional. Nós temos uma relação direta com a Agência Nacional de Mineração, que  
559 é um dos atores principais nessa questão, também com o Ministério de Minas e  
560 Energia, e a ideia é que façamos um plano diferenciado por Estado, mas que não  
561 esteja descolado das diretrizes do governo federal, pelos motivos que eu disse.  
562 Então a ideia é que façamos uma participação ampla tanto no desenvolvimento da  
563 AAE quanto do Plano. Por isso temos buscado parcerias internacionais até, como  
564 citado pela Carol, para agregar essa participação, principalmente nas discussões de  
565 forma geral, e o COPAM será, com certeza, um dos momentos mais importantes  
566 para trazermos. Nós vamos trazer em outras oportunidades essas discussões aqui,  
567 mas já vamos aproveitar a participação dos conselheiros e levar já essas primeiras  
568 discussões para a coordenação dos trabalhos.” Conselheira Adriana Alves Pereira  
569 Wilken: “Eu tenho acompanhado, desde março, quando saiu a notícia no site da  
570 FEAM da intenção de dar seguimento e iniciar a Avaliação Ambiental Estratégica  
571 relacionada à mineração no Estado. Fiquei muito feliz com essa notícia, mas ao  
572 mesmo tempo muito preocupada, porque eu estudo a parte de avaliação de impacto,  
573 e o que temos de avaliação de impacto hoje implementado não só em Minas, mas  
574 no país, é avaliação impacto de projetos, não temos ainda o know-how de avaliação  
575 de impacto de planos, programas e políticas. É uma lacuna até na nossa legislação.  
576 Infelizmente, a Política Nacional de Meio Ambiente não contempla isso  
577 efetivamente, o que nós temos é AIA de projetos. Mas precisamos implementar, e  
578 já teve algumas iniciativas, não só em Minas, mas no Brasil como um todo, e o que  
579 me preocupa é que no que teve de produto disso que já aconteceu a literatura indica  
580 que houve algumas deficiências nessas Avaliações Ambientais Estratégicas muito  
581 semelhantes às deficiências já apresentadas na avaliação de impacto de projetos.  
582 Então nós temos que estar atentos para essa Avaliação Ambiental Estratégica. Não  
583 só a sociedade civil, a academia, queremos acompanhar, queremos contribuir para  
584 que esse produto saia de uma forma melhor possível, até mesmo porque é uma  
585 coisa nova para todo mundo. Eu fiquei feliz porque na CMI, quando eu fui  
586 conselheira, juntamente com a Maria Teresa, nós sempre cobrávamos a avaliação  
587 de impactos cumulativos e sinérgicos, mas nós sabemos que a avaliação de impacto  
588 de projetos tem deficiência, não consegue enxergar os impactos cumulativos e  
589 sinérgicos se não for uma avaliação mais ampla, que seria o caso da Avaliação  
590 Ambiental Estratégica. Então seria uma ferramenta para conseguir, enfim, avaliar os  
591 impactos cumulativos e sinérgicos, uma demanda constante nossa na CMI e que  
592 deverá ser atendida. Fico feliz com isso. Também fiquei muito feliz com essa  
593 parceria que vocês fizeram com a Holanda. Eu tive oportunidade de fazer doutorado  
594 na Holanda. O pessoal lá tem muito know-how sobre isso, já tem anos de  
595 experiência na área. Então é muito positivo. Reitero o que o Julio Grillo falou, a  
596 participação pública deve ser efetiva, não adianta só coletar percepções. Na área

597 de projeto, sabemos que a participação pública, no final das contas, é simbólica, a  
598 sociedade civil não participa efetivamente do processo decisório, as audiências  
599 públicas acontecem para coletar percepções, mas isso não influencia no processo  
600 de decisão. Então é importante, nós da sociedade civil vamos sempre salientar e  
601 requisitar que toda essa consulta pública que for feita, essa participação que for feita  
602 ao longo desse processo da Avaliação Ambiental Estratégica, que que a sociedade  
603 civil realmente participe das decisões, não simplesmente de uma coleta de  
604 percepções, porque não garantirá a efetividade de participação pública, assim como  
605 hoje nós temos essa deficiência na área de projetos. Muito feliz com a notícia,  
606 gostaria muito de participar, sempre que tiver oportunidade, eu particularmente  
607 quero participar. E aí eu gostaria de fazer duas perguntas. O termo de referência,  
608 que já está praticamente pronto, se teve participação pública na construção desse  
609 termo de referência que vai construir toda a Avaliação Ambiental Estratégica. Eu  
610 entendi que estaria pronto agora em 2020. É importante a participação pública em  
611 todo o processo, inclusive na construção do termo de referência. E também por que  
612 focar só o mineiro de ferro e não nos outros tipos de mineração. É claro, nós  
613 sabemos que o minério de ferro tem uma importância muito grande no Estado, mas  
614 sabemos também que de uma certa forma alguns tipos de impactos ambientais são  
615 comuns a diversos tipos de mineração.” Conselheiro Luís Antônio Coimbra Borges:  
616 “Primeiramente, parabenizar a apresentação da Caroline, foi muito esclarecedora  
617 para nós, mas evidentemente o tempo foi curto para entrar com maiores detalhes.  
618 Em seguida, eu gostaria de parabenizar o Estado por essa iniciativa. Embora  
619 tenhamos uma defasagem de bastante tempo em relação a outros países, sempre  
620 é hora para começar com iniciativas que são importantes para o desenvolvimento  
621 sustentável do Estado, do país. E é importante também Minas ser protagonista, por  
622 ser o maior produtor de minério de ferro no contexto mundial. Então seria  
623 interessante começar aqui por Minas Gerais e assumirmos um protagonismo dentro  
624 do nosso país. É importante a Avaliação Ambiental Estratégica, porque ela vem  
625 fornecer subsídios para que o Estado possa desenvolver um determinado setor.  
626 Como estamos vendo, essa Avaliação Ambiental Estratégica é setorial, não é uma  
627 avaliação regional. Não entendi se ela vai focar o Quadrilátero Ferrífero, mas depois  
628 esperamos ter acesso a esse termo de referência para ver qual foco vai ser dado. E  
629 sinto falta também de que tivesse sido mais transparente talvez para nos informar  
630 qual vai ser a metodologia utilizada e como vão ser as variáveis utilizadas. Mas eu  
631 acho que, na medida em que o tempo for correndo, no Conselho aqui nós podemos  
632 contribuir. Nós temos alguma informação, algumas teses já orientadas, alguns  
633 trabalhos que já realizamos com essa temática. Mas não somente no aspecto de  
634 pesquisa. No aspecto prático, aplicado, eu vejo isso como um desafio muito grande  
635 para o Estado de Minas Gerais. E aproveitando um pouco da fala também da  
636 Adriana nós poderíamos desenvolver isso aqui também para outras áreas  
637 tecnológicas, áreas industriais, para o Estado. Porque nós temos um vazio muito  
638 grande de planejamento, de avaliação estratégica, quer seja para a silvicultura,  
639 porque isso até atrapalha que tenhamos atrativos de investidores que venham para

640 cá, porque não sentem segurança jurídica, segurança na legislação ambiental, para  
641 estar investindo em um local onde pode haver muitas mudanças do investimento  
642 que eles fizeram. Então a Avaliação Ambiental Estratégica tem essa grande  
643 relevância, trazer para o empreendedor 'onde eu posso entrar, com todas as  
644 seguranças ambientais e sociais possíveis, e onde eu tenho restrições, onde eu não  
645 vou poder fazer de forma alguma a ampliação do meu empreendimento', levando  
646 em consideração todos os impactos cumulativos e sinérgicos. E outra coisa: tem  
647 que partir do Estado. Nós vemos algumas iniciativas de empresas, que fazem isso  
648 para seus investidores, em nível internacional, mas é importante que o Estado  
649 assuma essa responsabilidade. Onde vemos que dá certo é quando o Estado  
650 assume esse compromisso mundo afora. Na Holanda, no Canadá, em alguns países  
651 europeus. Inclusive, já tem uma iniciativa da Comunidade Europeia nesse sentido  
652 que já faz bastante tempo. Por isso que eu falei no início que temos uma defasagem  
653 em relação à Avaliação Ambiental Estratégica. Nos últimos dias, temos visto muitos  
654 investidores tendo sérias restrições ou dificuldades de atrair financiadores por conta  
655 de não terem segurança ambiental, vide o caso do Brasil na agricultura, justamente  
656 por conta do desmatamento, dos incêndios. Então uma Avaliação Ambiental  
657 Estratégica, começando pela atividade de mineração, temos depois que pensar em  
658 avançar para vários outros setores de desenvolvimento econômico aqui do nosso  
659 Estado. Só assim vamos ter segurança para os investidores e também a segurança  
660 ambiental, que é o foco principal que queremos." Caroline Rocha, da FEAM: "Eu  
661 tenho também uma grande preocupação com a qualidade do desenvolvimento  
662 dessa Avaliação Ambiental Estratégica. Eu tenho um pezinho na academia, a Marília  
663 sabe disso, já fiz meu mestrado e doutorado na área de avaliação ambiental,  
664 conheço um pouco da literatura sobre Avaliação Ambiental Estratégica, conheço  
665 alguns trabalhos que foram desenvolvidos em Minas em relação ao instrumento, as  
666 críticas que foram feitas às avaliações já feitas aqui no Estado, em algumas  
667 iniciativas. E para essa AAE, especificamente, eu entendo que tem que ter subsídio  
668 para o desenvolvimento do Plano. Se ela não for feita em conjunto com o Plano, em  
669 um desenvolvimento quase que paralelo, talvez tenhamos algumas decisões um  
670 pouco tardias, tenhamos informações feitas, trazidas pela Avaliação Ambiental  
671 Estratégica, mas se o Plano não for desenvolvido em conjunto com a Avaliação  
672 Ambiental Estratégica essas informações não sejam utilizadas a posteriori para  
673 desenvolvimento do Plano. Essa é a minha preocupação hoje em relação à AAE.  
674 Estamos trabalhando ao nível de governo para que consigamos fazer esses dois  
675 processos andarem de forma paralela. Em relação ao TR do processo licitatório,  
676 acho que foi a professora Adriana que comentou sobre esse termo de referência, a  
677 necessidade de uma participação social sobre as decisões do TR, esse termo de  
678 referência que foi feito neste ano de 2020 vai subsidiar o processo licitatório. É um  
679 primeiro termo de referência para o processo licitatório. O detalhamento, o que vai  
680 conter esse estudo de AAE já vai estar sendo previsto dentro do plano de trabalho.  
681 Não chama termo de referência, mas chama plano de trabalho, e trouxemos alguns  
682 detalhamentos que gostaríamos que esse plano de trabalho trouxesse. Um deles é



683 o conteúdo técnico a ser desenvolvido dentro da Avaliação Ambiental Estratégica.  
684 A AAE está sendo feita para o setor de minério de ferro, não vai incorporar todos os  
685 setores minerários atualmente existentes no Estado. O Plano é mais amplo do que  
686 a AAE. A AAE vai influenciar o conteúdo do minério de ferro, mas essa decisão eu  
687 entendo que foi uma decisão de governo mesmo.” Conselheira Maria Teresa Viana  
688 de Freitas Corujo: “Eu estava curiosa para poder conhecer essa apresentação, eu  
689 não tinha percebido que já havia informações no site, igual a Adriana veio  
690 acompanhando. Eu acompanhei muito essa questão do relatório do TCE, fiquei  
691 curiosa para saber se tinha havido uma recomendação ou encaminhamento do  
692 relatório do TCE, de 2015, em relação ao que foi apresentado pela Caroline.  
693 Inclusive, ficando muito claro que essa Avaliação Ambiental Estratégica não só tem  
694 como um dos atores principais a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e não  
695 o Sisema, e também o fato de que está bem claro, como foi exposto, lincado com o  
696 Plano Estadual de Mineração. E pelo que eu me recordava no relatório da auditoria  
697 do TCE não era bem isso. Eu tenho aqui abertas as recomendações do relatório do  
698 TCE. Tanto no relatório da pessoa que formulou o relatório quanto no relatório  
699 técnico, eu não sei se eu como conselheira consigo compartilhar a tela, mas se eu  
700 conseguir eu mostro para você, senão eu leio. Posso tentar compartilhar a tela?  
701 Porque é muito importante. Quando vocês virem o que está no relatório do TCE,  
702 vocês vão entender a minha colocação. O que está sendo proposto e já está sendo  
703 conduzido pelo Estado não é o que foi a recomendação do TCE, que era uma  
704 preocupação, precisamente, com a questão da mineração no Estado versus a  
705 questão da sustentabilidade, a questão ambiental e a questão de desenvolvimento  
706 a partir desses impactos. É outra coisa. Se lincam essa Avaliação Ambiental  
707 Estratégica com Plano Estadual de Mineração, ainda mais dizendo também no nível  
708 federal o Plano Federal de Mineração, essa narrativa e esse plano de ação são para  
709 desenvolver o setor minerário, para atender à perspectiva econômica de maior  
710 crescimento, maior rendimento para a mineração. O que o TCE apontou no seu  
711 relatório não é isso. Então eu vou compartilhar a tela das recomendações – são dois  
712 parágrafos simples. Vocês estão vendo ‘recomendações’ na tela? É o relatório  
713 técnico da auditoria de 2015. ‘Diante do exposto, cabe recomendar ao Sisema que  
714 promova a gestão ambiental integrada dos planos..., na elaboração da Avaliação  
715 Ambiental Estratégica para a atividade de mineração e desenvolva estudos de  
716 Avaliação Ambiental Integrada dos impactos cumulativos e sinérgicos dos  
717 empreendimentos de mineração, por bacia hidrográfica, objetivando orientar a  
718 tomada de decisão e visando à compatibilização do uso e conservação dos recursos  
719 naturais.’ Primeiro, a recomendação do TCE foi para que o Sisema promova a  
720 gestão ambiental nessa perspectiva tanto da Avaliação Ambiental Estratégica  
721 quanto da Avaliação Ambiental Integrada. Em um outro documento, que é o voto do  
722 relator, vai mais detalhadamente. Quero saber se vocês estão percebendo agora  
723 aqui esse texto. Quando se lê no segundo parágrafo, está muito claro. ‘Nesse  
724 contexto, urge que o Estado de Minas Gerais, por meio dos órgãos e entidades que  
725 integram o Sisema (não a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico),

726 utilize instrumentos de avaliação de todos os empreendimentos minerários, com  
727 destaque para a Avaliação Ambiental Estratégica, por ser uma ferramenta de  
728 decisão...’ E aí fala das políticas e que poderá trazer relevantes benefícios. ‘...  
729 possivelmente, contribuindo para a manutenção dos serviços e funções dos  
730 ecossistemas, além da perpetuação do patrimônio ambiental para as próximas  
731 gerações.’ E no último parágrafo vai além, fala do registro dos desastres ambientais  
732 decorrentes da exploração minerária, fala da necessidade de mudança de postura,  
733 fala de garantir maior eficiência e eficácia aos processos de licenciamento, às ações  
734 de fiscalização, para evitar a ocorrência de futuras tragédias. Por que eu trouxe isso  
735 aqui? Pela exposição que foi feita dessa proposta, que já está a caminho de uma  
736 licitação que vai envolver recursos no valor R\$ 2,5 milhões e que envolve a  
737 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, e que isso vai estar junto com  
738 o Plano Estadual de Mineração, isso não é o que foi recomendado pelo TCE. Que  
739 era uma preocupação de que essa chamada vocação de Minas Gerais para a  
740 mineração, que demanda uma grande reflexão sobre essa questão da vocação, está  
741 colocando em risco, inclusive, outros aspectos da nossa economia. Então, a meu  
742 ver e de muitos com quem conversamos, a primeira coisa fundamental – e eu  
743 lamento que o Estado tenha escolhido essa – era uma Avaliação Ambiental  
744 Integrada relacionada com a questão cumulativa e sinérgica da mineração,  
745 principalmente nos territórios que já ultrapassaram o nível de sustentabilidade, onde,  
746 por exemplo, tem a bacia do Paraopeba, a bacia do rio Doce, onde tem situações  
747 como em Paracatu, onde já existem problemas graves de falta de água e água  
748 contaminada pela Kinross. Seriam tratadas questões, como o projeto do governo  
749 assinando acordos no Norte de Minas, um território com graves questões de acesso  
750 a água e onde se pretendo ter a maior barragem de rejeito e um mineroduto. É uma  
751 outra lógica. Então o primeiro ponto importante é não dizer que isso foi recomendado  
752 pelo TCE. Eu vou compartilhar com os conselheiros todos do COPAM.  
753 Normalmente, eu pedia à Assoc, e na última reunião, de março, o secretário  
754 Germano disse que eu tenho os e-mails e devo compartilhar, que a Assoc não vai  
755 fazer esse papel. Eu acho importante que vocês todos conheçam os dois relatórios  
756 do TCE, conheçam o relatório da Controladoria Geral do Estado, que tem papel  
757 importante nessa Avaliação Ambiental Estratégica, para entenderem que o que está  
758 colocado nesses documentos não é uma Avaliação Ambiental Estratégica para  
759 ajudar a subsidiar um Plano Estadual de Mineração, atendendo aos objetivos da  
760 mineração de se perpetuar em nosso território. É precisamente o contrário, é  
761 verificar e cuidadosamente avaliar o território de Minas Gerais frente à atividade  
762 econômica de mineração, olhando as questões de impactos cumulativos, sinérgicos,  
763 a questão hídrica, a questão até da própria sustentabilidade econômica para outros  
764 tipos de economia. Então é muito claro, o governo pode fazer a Avaliação Ambiental  
765 Estratégica que quiser, mas tem que ter colocado o que é. Eu estou preocupada  
766 porque não é o que deveria estar sendo feito, tanto é que não teria de estar indo  
767 para a Sede, isso teria que estar sendo tratado no âmbito do Sisema e envolvendo  
768 profundamente Comitês de Bacia, envolvendo o COPAM, URCs, os servidores da

769 SEMAD e do Sisema. Uma outra lógica. Eu queria deixar isso registrado, vou  
770 mandar para vocês o relatório e vou ficar muito atenta, porque o que está aí sendo  
771 posto não é o que eu esperava ver. E eu considero a situação de escassez hídrica,  
772 quase colapso, que nós já estamos vivendo e vamos viver, e muitas delas derivadas  
773 de situações de mineração, e lamento que os R\$ 2,5 milhões não tenham sido  
774 priorizados para fazer uma Avaliação Ambiental Integrada com uma avaliação de  
775 sustentabilidade nos territórios já em situação de conflito de uso de água. Porque  
776 isso era do que nós precisaríamos no momento, até para depois pensar a questão  
777 da mineração ou concomitante.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Eu só queria  
778 fazer o esclarecimento de que, dentro do que a conselheira colocou, o projeto que  
779 nós apresentamos está totalmente alinhado com o que o TCE coloca. O TCE coloca  
780 claramente que esse projeto tem que ser vinculado aos NGAs, e esses NGAs, como  
781 a Carol apresentou, estão na secretaria que é responsável por aquele assunto.  
782 Então o próprio TCE reconhece os NGAs e fala que esse desenvolvimento tem que  
783 ser feito junto aos NGAs, citados no texto que a conselheira apresentou. Então o  
784 nosso entendimento é de que ele atende, na íntegra, o que o TCE coloca. Nós  
785 entendemos que fomos até além, realmente, do que o TCE coloca, oportunizando  
786 que essa AAE traga resultados efetivos para o Plano Estadual de Mineração. Então  
787 nós conseguimos fazer excelência com o Plano, e ele vai dar resultados com relação  
788 à sustentabilidade da mineração no Estado. Nós não falamos em nenhum momento  
789 sobre a perpetuação da atividade econômica, nós estamos falando de uma  
790 Avaliação Ambiental Estratégica que vai olhar as questões de sustentabilidade.  
791 Paralelo isso, o Estado tem buscado formas. Se temos poucos elementos com  
792 relação à questão da Avaliação Ambiental Estratégica, estamos buscando  
793 instrumentos para desenvolver, que é o outro item que o TCE coloca, a Avaliação  
794 Ambiental Integrada. Estamos discutindo isso internamente ainda com relação a  
795 essa questão da Avaliação Ambiental Integrada. A ideia é que tenhamos alguns  
796 pilotos para discutir a sinergia dessas atividades. Então nós estamos atentos e  
797 cumprindo, no nosso entendimento, integralmente, o que o Tribunal de Contas do  
798 Estado colocou nos dois relatórios. Eu queria registrar aqui de novo que Avaliação  
799 Ambiental Estratégica é um instrumento de definição de política pública que traz a  
800 discussão da sustentabilidade. Nós não entendemos em nenhum momento esse  
801 instrumento como instrumento, como colocado pela conselheira, de perpetuação da  
802 atividade no cenário em que está hoje. Entendemos que vamos ter resultados  
803 práticos para colocar e para discutir a sustentabilidade do setor de mineração como  
804 um todo.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Alguns pontos importantes já foram  
805 reforçados no que se refere à participação da sociedade nesse processo e à  
806 responsabilidade de que essa Avaliação Ambiental Integrada seja da melhor  
807 qualidade possível e que se torne realmente um instrumento de política pública e de  
808 licenciamento ambiental. Eu queria fazer uma pergunta a vocês. Essa Avaliação  
809 Ambiental Integrada está sendo feita por que o TCE recomendou ou houve alguma  
810 outra iniciativa do Estado nesse sentido? O Renato disse que está sendo feito o  
811 Plano Estadual de Mineração. Me desculpa, Renato, se me passou despercebida

812 essa informação, mas eu queria perguntar qual é, nesse Plano de Mineração, a  
813 participação também da SEMAD. Outra coisa é o seguinte. A técnica que fez a  
814 apresentação falou, mas eu acho que seria importante quem tivesse interesse poder  
815 ter um acompanhamento mais constante do desenvolvimento dessa Avaliação  
816 Ambiental Estratégica. No que se refere ao Plano Estadual de Mineração, a  
817 pergunta é se a SEMAD está participando e se haverá em algum momento o  
818 envolvimento do COPAM. E por último, em relação à pergunta se a Avaliação  
819 Ambiental Estratégica partiu da recomendação do TCE, eu queria lembrar o  
820 seguinte, que outros setores econômicos também são responsáveis por tragédias  
821 ambientais, como foi o setor de mineração de ferro, com a ruptura das barragens. O  
822 setor agropecuário e o setor imobiliário são dois setores que hoje, em termos  
823 ambientais, se somarmos os impactos ambientais que fazem no Estado, a tragédia  
824 ambiental será incomensurável. Estamos lidando com setores extremamente  
825 conservadores – mineração, agropecuária e setor imobiliário –, e eu acho que a  
826 Avaliação Ambiental Estratégica é fundamental como uma ferramenta de política  
827 pública. Com participação da sociedade no seu desenvolvimento e na sua aplicação,  
828 nós podemos caminhar realmente um pouquinho além desse discurso falso de  
829 sustentabilidade que hoje se fala fácil na boca dos políticos e dos setores privados,  
830 mas que na prática eles querem o tempo todo sabotar. Haja vista que enquanto  
831 participamos desta reunião do Plenário a Faemg, a Fiemg, o Ibram e outros tentam  
832 sabotar a responsabilidade da iniciativa privada no que se refere à educação  
833 ambiental. Ou seja, o Estado não cumpre a sua obrigação institucional, e o setor  
834 privado quer ainda declinar da sua responsabilidade de fazer educação ambiental  
835 em relação a seus empreendimentos que causam impactos sociais e ambientais.”  
836 Renato Teixeira Brandão/FEAM: “A provocação inicial surgiu, realmente, a partir do  
837 TCE, mas, inclusive, o Plano Estadual de Mineração não está na auditoria do TCE,  
838 e o Estado – e a própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico – está disposto  
839 a fazer uma discussão sobre esse plano. Então eu acho que o Estado está se  
840 movimentando, independente da colocação do TCE, para ter um planejamento  
841 estadual com relação à mineração e conseguir discutir essa mineração e a  
842 sustentabilidade dela. O Plano, ainda estamos em estágio anterior à AAE, ainda não  
843 temos um termo de referência, um contrato. Estamos desenvolvendo isso junto com  
844 a Sede. A Sede está integrada conosco nessa discussão da AAE e do Plano. Então  
845 nós temos desenvolvido em conjunto com a Sede tanto os documentos e as  
846 parcerias para desenvolvimento da AAE quanto do Plano. Então estamos  
847 entendendo esses dois produtos como produtos que vão ter um resultado único,  
848 uma vinculação muito próxima. E o Sisema vai participar, a ideia é que participemos  
849 durante todo o processo, tanto da AAE quanto do Plano, junto com a Sede. Eu acho  
850 que seriam essas questões que a Dalce colocou, não sei se teve alguma que eu  
851 deixei de falar, mas tem vinculação, e nós estamos muito próximos, desenvolvendo  
852 os dois produtos.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Esse Plano Estadual de  
853 Mineração vai englobar somente a mineração de ferro ou as outras atividades  
854 minerárias, como de cascalho, areia e outros?” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “O

855 Plano de Mineração é um plano geral para a mineração. Como nós tínhamos um  
856 atendimento específico, estávamos discutindo minério de ferro, e as discussões nos  
857 levaram para uma AAE de minério de ferro. Agora, o Plano vai ter um plano mais  
858 amplo. Também vamos colocar dentro da proposta do Plano uma participação para  
859 a construção desse plano. Então, muito próximo ao formato da AAE, nós vamos ter  
860 um momento de participação também da sociedade como um todo no Plano.”  
861 Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “É um prazer estar aqui com vocês, é  
862 a minha primeira vez falando para este importante Plenário. Normalmente, eu falo  
863 só o necessário, mas são tantos pontos que foram levantados, Marília, que você vai  
864 ter de me avisar uma hora para eu interromper em algum ponto a quantidade de  
865 coisas que tenho a falar. Uma primeira delas é parabéns ao Plano Estadual de  
866 Mineração. Realmente, está vindo já um pouco tardio, e eu até aproveito para  
867 perguntar para Caroline, Renato e Guilherme qual foi o último Plano Estadual de  
868 Mineração neste nosso Estado, que vem, de certa forma, com um grande suporte  
869 da sua economia, há séculos, com base na mineração, que é tão importante, tem  
870 uma participação tão grande. E como estava sendo tratada essa indústria do ponto  
871 de vista de organização estratégica por parte do Estado. Eu até pergunto para vocês  
872 qual foi o último que foi feito e apresentado. Então esse realmente é extremamente  
873 importante e tem realmente de ser muito bem cuidado, devido, inclusive, à fase da  
874 mineração que nós estamos vivendo. Uma coisa que me intriga, Caroline, é por que  
875 nós estamos trazendo os holandeses. É um país totalmente diferente do nosso,  
876 nossos problemas aqui, de certa forma, têm a ver com a topografia, com o relevo,  
877 com o minério de ferro, e também não vi minério de ferro por lá. Então, apesar de  
878 que o foco é o meio ambiente, mas o substrato e a base que regulam os maiores  
879 problemas ambientais deste Estado são o minério de ferro, como nós estamos  
880 trazendo especialistas de um país que não tem minério de ferro, não tem montanhas  
881 e também praticamente não tem mineração, a menos da participação em grandes  
882 empresas, que vêm lavrar exatamente aqui na América Latina e em outros  
883 continentes? Até porque a Europa, que foi grande mineradora no início do século  
884 passado, já não precisa mais de minerar. Consume, mas não precisa. Esse seria  
885 um primeiro ponto, fazer essa pergunta. E uma outra coisa, como provavelmente  
886 essa turma deve ter sido de altíssima competência – não sei se está claro para  
887 vocês, que este Estado tem uma competência instalada de mineração muito grande,  
888 apesar dos problemas que temos enfrentado nos últimos 30 anos com relação às  
889 barragens. Que são explicáveis, devido, inclusive, à falta de aplicação dessa  
890 competência da engenharia. Como esse pessoal deve estar, inclusive, de uma certa  
891 forma, se eles estão sendo pagos, pelos números que eu vi aí, porque a Holanda  
892 deveria até estar oferecendo essa consultoria de altíssimo nível como apoio para  
893 nós. Se estiverem cobrando alguma coisa, isso, inclusive, de certa forma, é pago  
894 também pela mineração, que paga, se não me engano, ainda mais de R\$ 1 bilhão  
895 de impostos. Se somarem todos, bem mais, para ajudar na economia do nosso  
896 Estado, que está realmente precisando muito de todas as indústrias, inclusive, ainda  
897 da mineração. E que, por uma série de razões, nós temos perdido bilhões de reais.

898 Inclusive, também, por falta de um Plano Estadual de Mineração. Como  
899 provavelmente esse pessoal deve ser de altíssima competência, eu conheço pouco  
900 os holandeses, conheço a consultoria internacional e conheço pouquíssimos  
901 holandeses que têm conhecimento de mineração atualmente. Eles já foram mais ou  
902 menos bons, mas até onde eu conheço não têm. E volto a falar, o meio ambiente  
903 para minério de ferro tem que ter conhecimento de minério de ferro. Então eu não  
904 entendo bem e, de qualquer forma, pergunto se essa competência que estamos  
905 importando se nós estamos lembrando de fazer uma coisa extremamente  
906 importante, que se chama transferência de tecnologia e conhecimento. Quem do  
907 ramo da mineração está sendo colocado junto com eles para aprender. Porque para  
908 fazer as coisas que nós fazemos nós mesmos temos grandes especialistas em  
909 Minas Gerais, nós temos as escolas mais antigas, inclusive, escolas muito boas,  
910 bem classificadas nos índices internacionais, e temos um recorde de custo de  
911 engenharia ligada ao ramo do mundo. Nós temos o maior número de escolas de  
912 engenharia de minas do mundo. Então nós temos profissionais aqui. A menos que  
913 por alguma razão isso foi já analisado por quem decide e se concluiu que a  
914 competência instalada em Minas Gerais, que, inclusive, é exportada para Londres...  
915 Se vocês procurarem em Londres, vão encontrar uma dúzia de grandes  
916 especialistas mineiros dando suporte, administrando as multinacionais de  
917 mineração. Então precisa ser visto isso também nas barragens, porque até onde eu  
918 sei a empresa da Alemanha que deu a declaração de estabilidade para nossas  
919 barragens... É uma das economias mais crescentes do mundo todo, dão um  
920 exemplo em economia para nós, mas eu não vi barragem de minério de ferro.  
921 Prezado Julio, você assistiu ao sequenciamento verde. Muito obrigado a quem  
922 assistiu. Existe uma engenharia desenvolvida já há alguns anos e com alguns  
923 exemplos práticos implantados neste país que faz o sequenciamento verde e faz os  
924 projetos e as operações com preenchimento de cava, sim. E eu mostrei isso, e quem  
925 quiser ver é só ir a Cataguases, que vai ver grandes exemplos. As áreas utilizadas  
926 na mineração, inclusive, são devolvidas ao Estado com valor de 3 até 5 vezes em  
927 relação ao que era anteriormente, dito pelos proprietários, com índice produtividade  
928 para diversos aproveitamentos agropecuários e florestais bem mais altos. Isso  
929 também Minas Gerais fez um projeto nesse sentido, extremamente importante, que  
930 eu não vejo sendo dado valor para ele como está sendo dado para os nossos amigos  
931 europeus. Por exemplo, o Geopark, com a Embrapa, discutiu com a Fapemig a  
932 forma de recuperação dos terrenos usados pela mineração. Então eu acho que, se  
933 já foram discutidos neste Plenário esses assuntos, nós deveríamos trazer essas  
934 apresentações, e eu me proponho a apresentar o sequenciamento verde, se  
935 quiserem, para não ficarmos falando que não tem, porque nós temos e muito.  
936 Prezado Julio, nós já temos, sim, em Minas Gerais exemplos de cavas que estão  
937 sendo preenchidas por rejeito e por estéril, e são muitas, é só querer ver. E com a  
938 tecnologia desenvolvida, inclusive, projetos com sequenciamento verde já montado,  
939 como é o caso do citado pela Maria Teresa, do Norte de Minas. Eu estive lá este  
940 ano, conheço desde a década passada. Naquele terreno, Maria Teresa, eu rodei de

941 carro naquele resto de eucalipto que sobrou do reflorestamento e nem bode eu vi.  
942 E o que está sendo proposto lá, que você não lembrou, é que está sendo construída  
943 uma barragem, a proposta de uma barragem no rio Vacarias, para aumentar a  
944 disponibilidade hídrica da região. Porque as barragens são necessárias para isso.  
945 Inclusive, em Belo Horizonte, se não tivessem as barragens, nós teríamos estresse  
946 hídrico o ano todo, ia ficar sem água um bom período. Outra coisa, para o Rogério,  
947 a mineração, uma das funções dela, que é fornecer praticamente quase todas as  
948 matérias-primas que a indústria usa, que nós usamos, é exatamente dar uma base  
949 para a indústria de transformação. Agora, por falta de planejamento estratégico,  
950 mineral e metalúrgico, se Minas Gerais está perdendo o primeiro lugar no aço para  
951 um Estado que não tem nem uma mina de minério de ferro e está importando aço,  
952 não se pode culpar a mineração. A mineração está disponibilizando minério de ferro  
953 da melhor qualidade para a indústria. E o que está acontecendo com o nosso  
954 Estado? A indústria de transformação vem caindo desesperadamente nos últimos  
955 anos, saiu de 30% nos bons tempos e está mergulhando para menos 10. Então o  
956 que a mineração pode fazer é dizer que há matéria-prima aqui barata, com preço  
957 mais baixo do que se importar, como a China faz do outro lado do mundo, de trazer,  
958 pagar frete dos navios. A mineração está aí para isso, disponibilizando matérias-  
959 primas. Por último, nós precisamos também nesse Plano Estadual de Mineração dar  
960 uma olhada no lítio para não fazer o mesmo com o lítio. Por não ter siderúrgicas,  
961 como a China tem – não precisava tanto –, nós precisamos exportar nosso minério  
962 de ferro. Nós temos de começar a dar uma olhada e urgente, no Plano Estadual de  
963 Mineração, no lítio.” Conselheiro Flávio Ottoni Penido: “Eu tenho pouco tempo para  
964 falar, mas muito a dizer. Eu gostaria só de dizer o seguinte: o Ibram está totalmente  
965 em linha e vendo com muito bons olhos não só o Plano Estadual de Mineração como  
966 também a Avaliação Ambiental Estratégica. Aliás, isso faz parte da carta  
967 compromisso que o Ibram divulgou quando da Exposibram, em setembro de 2019,  
968 publicamente. É fundamental a participação do Ibram e as mineradoras. E enfatizo  
969 também o seguinte, o Ibram congrega não apenas as mineradoras de ferro, mas de  
970 várias substâncias, são 130 associados que nós temos, 85% do produto mineral  
971 brasileiro. É importantíssimo que estejamos juntos para ajudar na formulação dessa  
972 avaliação. Que aliás o secretário Germano, em uma reunião do nosso Conselho,  
973 esteve presente e disse que contava com a nossa participação no sentido de  
974 desenvolver isso. Como eu disse ao entrar nesta reunião, este fórum é um fórum de  
975 entendimentos, um fórum de colocações, um fórum em que todos devem colocar,  
976 em que todos devem contribuir e procurar o melhor para Minas Gerais e para o Brasil  
977 também.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Eu queria fazer primeiro um  
978 apelo para os conselheiros que estão aqui representando setores da sociedade civil  
979 que se atenham a representar os setores para os quais foram escolhidos. Houve  
980 uma fala em nome da Faemg, a representante da Faemg neste Conselho sou eu. E  
981 eu quero dizer que, ao contrário do que foi dito, a Faemg não é contra a educação  
982 ambiental. Muito pelo contrário, a Faemg é a favor de educação ambiental, tanto é  
983 que temos feito um belíssimo trabalho com o Senar junto às propriedades rurais,

984 que atinge, de fato, na linguagem necessária, os produtores. É diferente talvez da  
985 metodologia que se quer colocar. Nós defendemos que a educação ambiental deve  
986 ser um processo acessível. Se não for acessível, se for complexo e caro, não vai ter  
987 grande alcance. Então eu peço para que outros representantes não falem, por favor,  
988 pela Faemg.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “João e Flávio, há previsão da  
989 participação irrestrita de toda a sociedade no processo, então todos os atores vão  
990 ser ouvidos, o Ibram, a sociedade civil. Todos esses atores vão ser ouvidos no  
991 momento em que vamos estar abrindo isso. A ideia não é construir com um setor  
992 só, mas fazer uma discussão ampla. Todo mundo que quiser contribuir, o Ibram, o  
993 João, todos os setores, a sociedade civil, vão poder contribuir. João, é até boa a sua  
994 pergunta para eu poder explicar. A Holanda vai estar nos auxiliando na metodologia  
995 e na auditoria desse processo. Esse processo vai ser construído com os  
996 entendimentos da própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de uma  
997 consultoria específica que vai ser contratada, ouvindo o setor, os engenheiros de  
998 minas do Estado, o Crea, todos esses atores. O Ncea vai trabalhar muito mais como  
999 uma auditoria para que cumpramos a metodologia, façamos uma participação ampla  
1000 e uma discussão ampla. Eles têm uma experiência muito grande nesse aspecto, e  
1001 é por isso que estamos os agregando. Em momento nenhum nós vamos contratar  
1002 o Ncea. A Sede está fazendo uma parceria com eles, para fazerem essa função de  
1003 auditoria, de contribuição para o processo, mas vai ter uma empresa específica para  
1004 desenvolver esse projeto, com a coordenação tanto da Secretaria de  
1005 Desenvolvimento Econômico quanto do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Então  
1006 vem para agregar com relação a metodologia e com relação a essa participação, ele  
1007 não necessariamente é o especialista. E estamos trazendo não porque eles são  
1008 especialistas em mineração, mas porque eles têm desenvolvido essa metodologia  
1009 para vários setores, para várias atividades. Então a ideia de trazê-los é com esse  
1010 aspecto. Eu acho que é bom esclarecer que não estamos trazendo com o objetivo  
1011 de desenvolver ou para falar sobre a mineração do Estado, mas com relação a  
1012 metodologia.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Renato, deixa-me  
1013 reforçar uma coisa. Às vezes não ficou. Isso precisa ser feito mesmo, já deveria ter  
1014 sido feito há muito tempo. Mas se estamos atrasados temos que diligenciar. Só que  
1015 você não me convenceu de que para tratar de um assunto de mineração nós temos  
1016 de ir a um país que não tem mineração.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “É a  
1017 metodologia da AAE, a metodologia que pode ser aplicada para qualquer setor,  
1018 desde que escutemos os especialistas do setor. E nós vamos escutar.” Presidente  
1019 Marília Carvalho de Melo: “Como foi colocado aqui pelo presidente Renato e pela  
1020 Carol, é o momento inicial de apresentação sobre o tema no COPAM, mas terá  
1021 outras oportunidades, no COPAM e fora do COPAM, de discussão e recebimento  
1022 de contribuição de todos.” **7) ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA PARC E**  
1023 **PLANEJAMENTO DE RETOMADA DA VISITAÇÃO EM UNIDADES DE**  
1024 **CONSERVAÇÃO. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Antônio  
1025 Augusto Melo Malard, diretor geral do IEF, fez apresentação sobre o Programa Parc  
1026 e o planejamento de retomada da visitação em Unidades de Conservação no Estado



1027 de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.  
1028 Em seguida, Valquíria Lopes, da assessoria de Comunicação, fez apresentação  
1029 sobre a campanha de prevenção de incêndios lançada pelo Sisema. **8) CENÁRIO**  
1030 **DA AQUICULTURA EM MINAS GERAIS E OS RESULTADOS DA FINALIZAÇÃO**  
1031 **DO CONVÊNIO MAPA/SEAPA/SEMAD ASSINADO EM 2016. Apresentação:**  
1032 **SEMAD.** Alexandra Figueira Monteiro, da SEMAD, fez apresentação sobre cenário  
1033 da aquicultura em Minas Gerais e os resultados da finalização do convênio entre  
1034 Seapa, Mapa, Emater e SEMAD para incentivo à regularização ambiental de  
1035 empreendimentos aquícolas no Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição  
1036 foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Pedro D'Angelo  
1037 Ribeiro: “Eu gostaria de ressaltar a importância desse convênio, que atravessou  
1038 duas gestões, com profissionais diferentes. A comunidade aquícola, a produção de  
1039 pescado em Minas Gerais, é uma comunidade que busca constantemente sempre  
1040 a Seapa e também junto aos órgãos ambientais esses procedimentos de  
1041 regularização. Principalmente a criação em tanques-rede é uma atividade que tem  
1042 peculiaridades muito específicas da forma como é feita. Hoje nós temos um  
1043 normativo, que é a Resolução Conjunta Seapa/IEF, que diz respeito ao cadastro dos  
1044 aquícultores. Nós estamos procedendo a modernização, ouvindo também a  
1045 comunidade, em diálogo constante com a SEMAD e o IEF para modernizar esse  
1046 normativo. E muitas das considerações que conseguimos levantar até agora vieram  
1047 justamente do trabalho realizado junto a esse convênio, inclusive por profissionais  
1048 diferentes. Antes, eu acredito que era a Ana Carolina, hoje é o Federico, que é nosso  
1049 assessor especial, que fica como ponto focal nesse trabalho realizado. E eu acredito  
1050 que é um trabalho muito importante, porque mostra que, de fato, há interesse dos  
1051 produtores, como sempre afirmamos, em se regularizar e estar de acordo com a  
1052 legislação ambiental. Nós vemos que é uma ação bem-sucedida e também  
1053 conseguimos visualizar os gargalos. Como eu falei na última reunião, o secretário  
1054 Germano até chegou a comentar sobre a questão preventiva da Agricultura, agora  
1055 foi formalizado o termo de cooperação, e acreditamos que era até um pouco  
1056 prematura a questão da fiscalização preventiva junta às comunidades aquícolas,  
1057 justamente por não estarem devidamente preparados, e, pelo normativo,  
1058 enfrentarem dificuldades com a forma como o normativo é disposto hoje. Existem  
1059 alguns descompassos, mas eu acredito – eu trabalho em equipe, trabalho em  
1060 conjunto com o governo – que em breve nós vamos conseguir resolver e avançar  
1061 na busca da regularização da grande maioria, senão todos os empreendimentos. Eu  
1062 queria parabenizar também a SEMAD pela parte de educação, pela parte de  
1063 orientação, trazer também aqui os cumprimentos para a Emater, que está sempre  
1064 no apoio, próximo ao produtor rural. São muito importantes a consideração e as  
1065 entregas que esse convênio fez, e espero que ele sirva de marco com relação a  
1066 outros que possamos desenvolver em conjunto.” Conselheira Ana Paula Bicalho de  
1067 Mello: “Nós tivemos participação, ainda na época da Ana Carolina, em várias  
1068 reuniões, vários eventos, com a Seapa, com a SEMAD. Teve um evento até em  
1069 Brasília, com o Ministério da Agricultura, onde foram, inclusive, convidados

1070 secretários de Estado, para discutir essas dificuldades mesmo, principalmente na  
1071 questão de tanque-rede. Mas o que eu queria colocar aqui é esse aprendizado. Essa  
1072 cartilha, por exemplo, foi feita em uma linguagem supersimples, superinteressante,  
1073 sem excesso de informações, só aquilo que interessa de forma objetiva, e não teria  
1074 sido feito dessa forma se não fosse essa experiência desses momentos com os  
1075 produtores, ouvindo e vendo as dificuldades, as dificuldades para arrumar  
1076 documentação. Nós fizemos a mobilização também, e muitos falaram da dificuldade  
1077 com o mapeamento que tinha que ser apresentado, que era um dos documentos, e  
1078 uma série de outras dificuldades. E aí teve esse timing entre o avisar e a ocorrência  
1079 do evento, que realmente o tempo foi curto, nesse sentido, para obtenção e preparo  
1080 desses documentos que levam mais tempo. Mas foi um início, uma etapa de  
1081 aprendizado, que eu acho que é exemplo. O Pedro falou da questão da fiscalização,  
1082 e eu não vou nem entrar nesse assunto de novo, porque concordo, é isso que tem  
1083 que ser feito. Não só os empreendimentos aquícolas têm essa dificuldade, mas  
1084 outros também no setor agro. Então esse foi um exemplo a ser seguido. Eu queria  
1085 parabenizar também a Secretaria de Meio Ambiente e vinculadas, parabenizar a  
1086 Seapa também, porque foi um trabalho que merece reconhecimento.” Cezar  
1087 Augusto Fonseca e Cruz/SEMAD: “Eu só gostaria de fazer a colocação  
1088 complementando o que o Pedro falou e o que a conselheira Ana Paula falou,  
1089 exatamente da importância desses trabalhos, dessa parceria. A SEMAD tem  
1090 desenvolvido muitos trabalhos no sentido de orientação, de apoio aos setores, e a  
1091 gente vem no processo de construção de tudo isso. Essas experiências servem para  
1092 podermos desenvolver outros trabalhos. O trabalho agora como foi falado e trazido  
1093 pelo Pedro é um piloto que nós estamos fazendo de uma outra ação diferenciada  
1094 com outro setor. Então a gente vem na construção de um processo que trabalha o  
1095 espectro da regularização e da fiscalização de forma diferenciada, em função das  
1096 peculiaridades do setor. Acima de tudo trabalhando a questão produtiva, mas  
1097 trabalhando também a questão do desenvolvimento sustentável, que é, acima de  
1098 tudo, a missão institucional da SEMAD, de promoção do desenvolvimento  
1099 sustentável. Então a SEMAD sempre se coloca como parceira, como a Secretaria  
1100 que está aqui para poder ajudar os setores a promoverem a sua regularização  
1101 ambiental e, conseqüentemente, fazer o desenvolvimento dentro de uma  
1102 perspectiva de sustentabilidade.” **9) PANORAMAS E PROSUN (PROJETO**  
1103 **SUNSHINE - REGULAÇÃO POR EXPOSIÇÃO): NOVAS FERRAMENTAS DE**  
1104 **INFORMAÇÃO PÚBLICA DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO. Apresentação:**  
1105 **Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento**  
1106 **Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE).** Antônio Claret de Oliveira Júnior,  
1107 diretor geral da Arsa, fez apresentação das novas ferramentas de informação  
1108 pública de serviços de água e esgoto no Estado de Minas Gerais. O conteúdo da  
1109 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro  
1110 Rogério Pena Siqueira: “Eu me inscrevi até por obrigação, eu presido a Abes,  
1111 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, da qual Agência  
1112 Reguladora, a ARSAE, é nossa associada. Eu queria dar os parabéns ao Claret e à

1113 ARSAE por essa iniciativa de divulgação e de abertura de dados e de dar  
1114 conhecimento claro à população e às pessoas, ao cidadão, do saneamento em  
1115 Minas Gerais. Ao ver a apresentação, eu acho que nós temos que evoluir, inclusive.  
1116 Evoluir e melhorar. Nós podemos aprofundar mais em alguns dados. Em termos de  
1117 esgoto, nós estamos com 98% talvez em Belo Horizonte, mais para tratamento o  
1118 índice não é esse. Então tem algumas coisas que têm os defeitos de origem. Eu  
1119 queria deixar a Abes à disposição no que for preciso e possível para divulgação.  
1120 Estamos abertos a colocar links no nosso site, nas nossas mídias, porque ajuda as  
1121 pessoas a receber a informação e ter conhecimento. Isso é importante,  
1122 principalmente, no momento que estamos vivendo. A nova regulamentação do  
1123 saneamento aprovada foi a minha intervenção inicial, nós precisamos discuti-la. Na  
1124 regulação então nós vamos ter muita mudança, a própria ARSAE vai ser muito  
1125 impactada com a ANA dando as linhas gerais. É importante a participação, e a  
1126 sociedade civil e a Abes, como agente específico nesse tema, tem todo o interesse  
1127 de participar e continuar nossa parceria. Por fim, vou fazer um 'protesto'. Eu disse a  
1128 ARSAE é nossa associada, mas precisamos que ela compareça. Estamos  
1129 chamando a ARSAE para lá dentro. Nós temos um diretor da Abes que é diretor  
1130 também da ARSAE, o Rodrigo, que é muito participativo. E nós queremos a ARSAE  
1131 muito perto da gente. E um pouco também chamar a ARSAE para dentro da Abes,  
1132 pois lá é mais fácil de propor e discutir coisas, porque não estamos amarrados a  
1133 nenhum interesse e nem a nenhum governo ou Estado. Então talvez seja uma  
1134 discussão mais desamarrada dentro da Abes. Lá nós podemos trabalhar, desde que  
1135 tecnicamente, com muita liberdade. Então voltem, continuem com a Abes, que terão  
1136 também todo apoio nosso." Antônio Claret de Oliveira Júnior: "Eu quero agradecer  
1137 as palavras, conselheiro, e dizer que concordo com o senhor sobre a questão das  
1138 informações. Existem informações que são discutíveis, o Sistema Nacional de  
1139 Informação de Saneamento tem seus defeitos, e eu vejo o Acertar, que é uma  
1140 metodologia de certificação, podendo corrigir isso. Nós já vamos começar os nossos  
1141 trabalhos de certificação desses dados da Copasa e do SAAE de Itabira. Eu acho  
1142 que o senhor está ciente de que a ARSAE ficou em primeiro lugar na chamada  
1143 pública federal como a primeira agência de saneamento do Brasil. Ficando em  
1144 primeiro nessa chamada pública, receberemos o apoio federal e vamos concluir o  
1145 Acertar em Itabira e na Copasa. Eu acho que, com todo mundo fazendo esse Acertar  
1146 ao longo do tempo, essas informações vão melhorar muito. Com relação à ANA, à  
1147 questão do novo marco, eu preciso discordar. Eu acho que a ANA vai ter que dar as  
1148 normas de referência – isso ainda está um pouco subjetivo. Efetivamente, dentro da  
1149 regulação, se considerarmos que normatizamos, definimos tarifa e fiscalizamos, ela  
1150 pode conversar com todos. Obviamente, é uma norma de referência, mas pode ser  
1151 que fique bem restrito também. E considerando todas as conversas que iniciaram a  
1152 ANA já tomou partido em buscar as agências reguladoras, e considerando o  
1153 histórico da ARSAE, inclusive em relação à ANA, eu tenho certeza de que ARSAE  
1154 acabará nivelando pelo alto. Eu fico muito feliz com a ANA poder dar essas  
1155 referências, porque hoje muitos serviços de água fogem da ARSAE, pela sua

1156 qualidade técnica e pela sua forma profissional e independente de regular. Então  
1157 com a ANA dando essas novas referências isso vai ser muito bom, porque vamos  
1158 acabar nivelando por cima. E esse nivelamento por cima vai ser no nível da ARSAE.  
1159 Sobre a questão da Abes, depois eu quero até que o senhor me chame aqui no  
1160 particular para eu entender, porque nós estamos bastante participativos. Tanto é  
1161 que um dos nossos diretores é diretor na Abes também. Mas fico muito feliz mesmo  
1162 pelas palavras.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
1163 tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e  
1164 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

1165  
1166 **APROVAÇÃO DA ATA**  
1167

---

1168  
1169 **Marília Carvalho de Melo**  
1170 **Presidente suplente do COPAM**